JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS

SERVIDOR PÚBLICO — ADMISSÃO — CONCURSO PÚBLICO

— A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos. C. F., art. 37, II. O art. 4º da Lei 4.957, de 1994, do Espírito Santo, autoriza o provimento de cargos públicos mediante “contrato administrativo”, sem concurso público, figura estranha de admissão no serviço público, que não se ajusta à hipótese excepcional de contratação “por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público”. C.F. art. 37, IX.

— Suspensão cautelar da eficácia do art. 4º da Lei 4.957, de 1994, do Estado do Espírito Santo.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 1.500

Requerente: Procurador-Geral da República

Requerido: Governador do Estado do Espírito Santo

Requerida: Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo

Requerido: Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo

Relator: Sr. Ministro CARLOS VELLOSO

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Sessão Plenária, na conformidade da ata do julgamento e das notas taquigráficas, por decisão unânime, deferir o pedido de medida cautelar para suspender, até a decisão final da ação, a eficácia do art. 4º da Lei nº 4.957, de 21.7.94, do Estado do Espírito Santo. Ausentes, justificadamente, os Senhores Ministros Nelson Jobim, Maurício Corrêa e Celso de Mello, Presidente.

Brasília, 18 de setembro de 1997.

CARLOS VELLOSO — (PRESIDENTE E RELATOR)

RELATÓRIO

O Sr. Ministro CARLOS VELLOSO: — O Procurador-Geral da República, com base no art. 103, VI, da Constituição Federal, propôs ação direta de inconstitucionalidade das seguintes disposições, todas do Estado do Espírito Santo:

— Resolução nº 08/95, de 14.3.95, editada pelo egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, publicada no DJ de 20.03.95, do mesmo Estado, que define os valores que correspondem aos cargos comissionados daquela Corte (afronta ao art. 39, § 1º da CF);

— Resolução nº 1.652, de 20.05.93, editada pela Assembléia Legislativa, também do Espírito Santo, dispondo que o provimento de

vaga de servidor, por motivo de falecimento ou aposentadoria, far-se-á, temporariamente, através de livre contratação (afronta ao art. 37, II, da CF);

— Lei Estadual nº 4.957, de 21.7.94, que ampliou a Secretaria do Tribunal de Justiça, criando várias Diretorias (afronta ao art. 37, IX, da CF).

Adota o autor como fundamentação do pedido as ponderações da Primeira Câmara daquela Procuradoria-Geral da República, transcrevendo alguns dos seus trechos, *verbis*:

“*Quanto à Resolução nº 08/95, de 14.03.95*

Foi, portanto, posto à margem o princípio da legalidade, ao se refugiar o Tribunal de Justiça do Espírito Santo em diploma resolutivo, aplicando norma inidônea, desfigurando a implementação normativa, quando não é matéria para resultar de emanção exclusiva, do órgão judiciário referido, prescindindo da elaboração legislativa, na qual se insere a oportunidade positiva de sanção ou negativa, pelo veto executivo, tudo se passando como se tratasse de matéria da economia interna e exclusiva da fonte em que se gerou.”

“*Quanto à Resolução nº 1.652, de 20.05.93*

No caso da norma questionada tem essa generalizada feição, evidenciando que não se trata de uma situação de excepcionalidade, banalizando-se na permissividade do provimento sem concurso, como ato de rotina, tudo afinal se revertendo como descabido alongamento de competência discricionária de nomear, em modalidade que assim não admite, por infringente, de modo frontal, à ordem constitucional. Nessa circunstância, nem caberia falar em competência discricionária, mais propriamente adquirindo típica e inconfundível, feição despótica, com o arbitrário poder de provimento de cargos que vagarem, interceptando a livre acessibilidade genérica pelo regime do concurso público.”

“*Quanto à Lei Estadual nº 4.957, de 21.07.94*

Observa-se que a mesma forma de preterição da regra universal do concurso público modelada pela Assembleia Legislativa do Espírito Santo foi transplantada para servir de uso nos setores administrativos do Tribunal de Justiça, vendo-se assim que o exemplo do

descumprimento aos princípios constitucionais pela Assembleia Legislativa dilataram-se para intimidade judiciária do Estado do Espírito Santo, com a diferença apenas de serem vagas ocasionais de servidores colocados à disposição de outros órgãos públicos.

Isso constitui uma porta aberta para burlar a regra rígida e democrática na equalização das oportunidades, através sempre da seleção pelo critério objetivo do mérito a ser publicamente demonstração pela ordem de classificação em concurso público.”

Requeru o autor a suspensão liminar da Lei nº 4.957, de 21.07.94, do Estado do Espírito Santo, até o julgamento final de todos os dispositivos atacados, em face do *periculum in mora* e dos fundamentos jurídicos do pedido, para evitar que subsistam os proveitos indevidos, produzidos pelos atos ora impugnados.

Dei vista dos autos à PGR, às fls. 27/27v., para que esta adequasse a inicial aos preceitos da Lei 4.957, que entende inconstitucionais.

O Procurador-Geral da República, às fls. 29/30, em atendimento ao despacho supra, explicita que o dispositivo impugnado da citada lei é o seu artigo 4º, que tem o seguinte teor:

“Art. 4º — Fica o Poder Judiciário autorizado nos termos da Lei, a proceder contrato administrativo para atendimento dos serviços vinculados nos cargos de provimento efetivo não providos, em caso de vacância, ou de afastamento de titular para o exercício de outro cargo público.”

Reiterou o autor o pedido de liminar, para o fim de suspender a eficácia do citado dispositivo legal.

É o relatório.

VOTO

O Sr. Ministro CARLOS VELLOSO (Relator): Atendendo ao nosso despacho de fls. 27 e v., o Procurador-Geral da República, autor da presente ação direta, aditou a inicial e deixou expresso que o objeto desta é o art. 4º da Lei 4.957, de 1994, do Estado do Espírito Santo, que tem o seguinte teor:

“Art. 4^a — Fica o Poder Judiciário, autorizado nos termos da Lei, a proceder contrato administrativo para atendimento dos serviços vinculados nos cargos de provimento efetivo não providos, em caso de vacância, ou de afastamento de titular para o exercício de outro cargo público.”

Sustenta-se, na inicial, que o citado dispositivo legal é ofensivo à norma constitucional que exige o concurso público para o provimento dos cargos públicos, constituindo “porta aberta para burlar a regra rígida e democrática na equalização das oportunidades, através sempre da seleção pelo critério objetivo do mérito a ser publicamente demonstrado pela ordem de classificação em concurso público”.

O argumento é procedente

O art. 4^a, da Lei 4.957, de 1994, do Estado do Espírito Santo, autoriza a contratação, que denomina a contratação administrativa, de servidores públicos, que ocuparão cargos de provimento efetivo, não providos, “em caso de vacância, ou de afastamento de titular para o exercício de outro cargo”.

A Constituição é expressa no estabelecer que “a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de títulos, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração”. (C. F. Art. 37, II).

No caso, cargos de provimento efetivo serão providos por “contrato administrativo”, sem concurso público, figura estranha de admissão no serviço público, que não se ajusta à hipótese excepcional de contratação “por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público”. (C.F. art. 37, IX).

Posta assim a questão, verifica-se que está presente, no caso, o requisito do *fumus boni juris*, ou da relevância do fundamento inicial, a recomendar a suspensão cautelar do citado dispositivo legal, art. 4^a da Lei 4.957, de 1994, do Espírito Santo. O *periculum in mora*, outro

requisito para a concessão da liminar, também ocorre, no caso: serão praticamente irreversíveis, para os cofres públicos, os danos econômicos decorrentes do exercício indevido de cargos públicos, tal como autorizado pelo artigo 4^a da citada Lei 4.957/94.

Do exposto, defiro o pedido de suspensão cautelar da eficácia do artigo 4^a da Lei 4.957, de 1994, do Estado do Espírito Santo.

EXTRATO DE ATA

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE N. 1.500-1 — medida liminar
PROCED.: ESPÍRITO SANTO

RELATOR: MIN. CARLOS VELLOSO

REQTE.: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

REQDO.: GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

REQDO.: ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

RQDO.: PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Decisão: O Tribunal, por votação unânime, deferiu o pedido de medida cautelar para suspender, até a decisão final da ação, a eficácia do art. 4^a da Lei nº 4.957, de 21.7.94, do Estado do Espírito Santo. Ausentes, justificadamente, os Senhores Ministros Nelson Jobim, Maurício Corrêa e Celso de Mello, Presidente. Presidiu o julgamento o Senhor Ministro Carlos Velloso, Vice-Presidente. Plenário, 18.9.97.

Presidência do Senhor Ministro Carlos Velloso, Vice-Presidente. Presentes à sessão os Senhores Ministros Moreira Alves, Néri da Silveira, Sydney Sanches, Octávio Gallotti, Sepúlveda Pertence, Marco Aurélio e Ilmar Galvão.

Vice-Procurador-Geral da República, Dr. Haroldo Ferraz da Nóbrega.

Luiz Tomimatsu, Secretário